



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° DE 2021

(Do Sr. Carlos Veras)

Requer a realização de audiência pública para debater a importância do Censo Agropecuário.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a realização de audiência pública desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a importância da realização do Censo Agropecuário no Brasil, em especial para a agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Para tanto, sugiro que sejam convidados a comparecer a esta audiência pública as seguintes representantes e pesquisadores:

- Representante da CONTAG
- Representante do MST
- Representante do IBGE
- Representante da ASSIBGE Sindicato Nacional
- Representante do INCRA
- Representante da CONAQ
- Representante do MPA
- Bernardo Mançano Fernandes, professor de Geografia da Unifesp, ou, na sua impossibilidade, outro pesquisador sobre a temática objeto do requerimento
- Marco Antonio Mitidiero Junior, professor de Geografia da Universidade Federal da Paraíba, ou, na sua impossibilidade, outro pesquisador sobre a temática objeto do requerimento





JUSTIFICATIVA

O Censo Agropecuário é o principal e mais completo levantamento sobre a estrutura e a produção da agricultura e da pecuária brasileiras. De âmbito nacional, seus resultados servem de base aos estudos, análises e projeções sobre o setor agropecuário, constituindo a maior fonte de informações a auxiliar os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) na elaboração e acompanhamento de políticas públicas, aperfeiçoando cada vez mais o processo de alocação de recursos públicos.

Por meio do Censo Agropecuário o IBGE apresenta para toda a sociedade informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria.

Entretanto, leituras sobre a importância da agricultura familiar, da reforma agrária e de populações tradicionais no Censo ainda são pouco debatidas e valorizadas pelo Governo na elaboração das suas políticas.

Sendo assim, solicito apoio dos nobres pares para aprovação da realização de audiência pública a debater o tema.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Deputado CARLOS VERAS

PT-PE

